

Revolução e Socialismo: a propósito de algumas questões teóricas e históricas

LUCIANO CAVINI MARTORANO*

A retomada da busca de alternativas socialistas para o capitalismo no século XXI poderá ser mais frutífera se estiver apoiada na análise crítica do legado teórico e histórico acumulado pelo marxismo e pelo movimento socialista ao longo de mais de um século de atividade teórica e prática. Porém não se deve ter a expectativa de encontrar respostas prontas para os novos problemas, mas sim contar com formulações teóricas e investigações históricas que sirvam como ponto-de-partida indispensável para o debate de hoje, e como apoio na tentativa de evitar os riscos de repetir erros teóricos já conhecidos ou de reincidir em anacronismos históricos.

A leitura, o estudo e o debate dos livros de Isabel Loureiro e os organizados por Márcio Naves e Cesar Benjamin¹ poderão representar um passo nesta direção. Neste breve comentário, nosso propósito não é resenhar os livros mencionados, mas destacar alguns pontos que nos parecem mais relevantes para uma análise de conjunto, cujo objetivo seja a construção de uma teoria da revolução e de uma teoria da transição socialista – ainda inexistentes no marxismo. Por isso, vamos nos ater a enunciar, de forma bastante resumida e partindo das formulações apresentadas nestes trabalhos, indagações relacionadas aos seguintes temas: 1) elementos

* Doutorando em Ciência Política no Iuperj-UCAM/RJ. E-mail: lucmartorano@yahoo.com.br.

¹ Isabel Loureiro. *A Revolução Alemã – 1918/1923*. São Paulo: Editora Unesp, 2005; Márcio Bilharinho Naves (Org.) *Análise Marxista e Sociedade de Transição*. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005; César Benjamin (Org.) *Marx e o Socialismo*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2003.

do significado histórico e teórico da Revolução Alemã de início de século passado; 2) a questão de Stalin e do “stalinismo”, e a do partido revolucionário; 3) o estatuto teórico do conceito de relações de produção para uma teoria da transição socialista; 4) o limite posto para a teoria marxista para a construção da teoria da transição socialista.

O livro de Isabel Loureiro contribui para preencher uma grave lacuna na bibliografia brasileira: a quase total ausência de estudos sobre a Revolução Alemã que culminou com a formação da República de Weimar. A autora fornece de forma sintética, sem simplificações, um abrangente quadro sobre um dos períodos mais conturbados da história da Alemanha, que marcaria todo o seu desenvolvimento posterior, em especial, a futura ascensão do nazismo, e, também, a história do movimento socialista ao longo do século XX, tanto pelo lado da social-democracia – a partir do emblemático episódio da votação no *Reichstag* dos créditos para a Primeira Guerra Mundial, em 1914 –, como pelo lado do nascente movimento comunista alemão – marcado, desde o início, por muitas divisões internas.

O debate sobre o significado da Revolução Alemã pode, entre outras questões, fornecer importantes elementos para uma melhor compreensão do que venha a ser a crise revolucionária, geralmente entendida como um momento anterior necessário à conquista

do poder pelos trabalhadores e caracterizado, por um lado, como o desmoronamento das condições para o exercício do domínio da antiga(s) classe(s) no poder; e, por outro, pelo grande aumento da ação política dos dominados na luta por reivindicações não apenas sócio-econômicas. No caso alemão, como sugere o próprio título da obra de Isabel, parece ser plausível levantar a hipótese de que a crise revolucionária, passando por diferentes fases como mostra a própria autora, tenha perdurado desde finais do ano de 1918 – com o enorme descontentamento popular provocado pela derrota alemã na guerra e suas consequências –, até o chamado “verão vermelho” de 1923 – que assinalou a frustrada tentativa de conquista do poder de Estado por parte dos comunistas, contando com a ajuda direta da direção bolchevique que tanta expectativa depositava na vitória de uma revolução socialista em um país como a Alemanha. Ou pelo menos, de que a crise revolucionária tenha persistido até março de 1921, com a fracassada tentativa de desencadear uma greve geral. A autora considera que a “fase radical” da revolução terminara já em março de 1920, com o refluxo da ação popular mais caracterizadamente espontânea, embora afirme a seguir que com “o fim da República dos Conselhos da Baviera, encerra-se a Revolução Alemã”², ou seja, no início de maio do mesmo ano, e destaque, mais adiante, a importância dos

² Isabel Loureiro, *op.cit.*, p. 111. O itálico é nosso.

acontecimentos do ano de 1923, conhecido como o “ano terrível”, em razão da difícil situação econômica, social e política do país: “A sociedade burguesa parecia à beira do colapso”³. Generalizando, pode-se supor que a periodização da crise revolucionária parece estar submetida ao problema da efetiva solução da vitória final das classes em luta, não apenas do poder de Estado – já que, no caso em questão, os conselhos, como criação espontânea de trabalhadores e marinheiros e nova forma de organização política em oposição ao antigo Estado, efetivamente abriram mão de enfrentar este desafio por conta da influência majoritária da social-democracia no momento decisivo –, como também do poder político em geral.

A pesquisa sobre a Revolução Alemã traz novos elementos para a discussão, que marcou parte da história do movimento socialista, em especial após a Revolução Soviética de 1917, sobre as condições para o surgimento dos conselhos revolucionários, entendidos como órgãos de luta pela revolução e embriões do futuro Estado socialista. A experiência alemã sugere a oportunidade de se lembrar das formulações feitas por Grigori Zinoviev durante o 2º Congresso da IIIª Internacional Comunista, realizado em julho de 1920, que podem aqui ser indicadas da seguinte maneira: a) o incremento da ação política de caráter revolucionário dos mais

amplios setores da população trabalhadora; b) o agravamento da crise econômica e política de tamanha amplitude que provoque o início da perda do poder pelo governo constituído; c) a determinação no interior de amplas camadas de operários e, especialmente, entre a militância do partido comunista (e demais partidos revolucionários, acrescentaríamos nós) de travar a luta decisiva pela conquista do poder. Não é difícil perceber que estas condições gerais correspondem à definição apenas enunciada acima da crise revolucionária, e que foi, como se sabe, apresentada por Lenin. Ou seja, a formação de conselhos revolucionários (i) coincide com a emergência de conjunturas de crise revolucionária e (ii) não pode ser pensada como obra exclusiva de vanguardas socialistas que tentem substituir a ação dos trabalhadores, embora os revolucionários possam tomar iniciativas que contribuam para a sua organização. Nesse aspecto, o trabalho de Loureiro é bastante interessante. Os conselhos surgem pela primeira vez na Alemanha a partir de um comitê de greve, mas ganham força a partir de uma ação iniciada por marinheiros do norte da Alemanha em desobediência às ordens de seus superiores que não queriam reconhecer a derrota alemã na guerra; já com a elevação da participação popular em outras regiões do país, “assiste-se a uma gigantesca paralisia do poder estatal”⁴ e a pronta

³ Idem, *ibidem*, p. 138.

⁴ Idem, *ibidem*, p. 54.

resposta dos grupos revolucionários, sobretudo na capital Berlim através da ação dos “delegados revolucionários” (militantes que gozavam de grande influência entre os trabalhadores)⁵. Com o descenso do movimento revolucionário, os conselhos vão perdendo força e os órgãos da república burguesa parlamentar vai ganhando terreno, ainda que convivendo com as antigas formas de organização política oriundos da antiga Prússia, especialmente no exército e na burocracia. Em outros termos, e de forma muito sintética: o problema da formação de novos órgãos estatais de poder revolucionário que se propunham a substituir os organismos característicos do Estado burguês só pode se apresentar na cena política, enquanto desafio a ser enfrentado pela ação política, em conjunturas de crise revolucionária.

A coletânea organizada por Márcio Naves contém três artigos que abordam diretamente a *questão de Stalin e do “stalinismo”*. Entre eles, o de Charles Bettelheim e Bernard Chavance (até agora inédito no Brasil, embora seja de 1979)⁶, em que os autores defendem a tese de que a “Revolução pelo alto” desencadeada na antiga U.R.S.S. em 1928, ao final da NEP (Nova Política Econômica), dando início ao período de industrialização acelerada e de

coletivização, assinalaria não apenas a afirmação do poder de Stalin à frente do partido e do Estado, como, principalmente, esta ascensão seria a expressão de uma contra-revolução política que levaria à consolidação da hegemonia de uma nova classe social na formação social soviética – a burguesia de Estado –, apoiada na permanência de relações de produção capitalistas sob a forma da propriedade estatal.

Se, como afirma Márcio Naves, o problema da “justa compreensão da natureza da sociedade soviética continua a ser, mesmo após o seu desaparecimento, uma questão *decisiva* para a esquerda revolucionária”⁷, evitando-se as concepções “economicista” e “juridicista”, ainda hoje se coloca o desafio de analisar o “tema” *Stalin e o do “stalinismo”* de modo a não transformá-lo em um obstáculo para o desenvolvimento da análise crítica teórico-histórica sobre o socialismo.

Tentemos exemplificar a dimensão deste desafio e das dificuldades que ele implica, a partir de um exemplo tomado da obra do próprio Charles Bettelheim. Neste artigo, dedicado ao estudo da “formação ideológica staliniana”, embora seus autores assumam o propósito de buscar “revelar as bases objetivas de seu desenvolvimento”⁸, esforçando-se para situá-lo no qua-

⁵ Idem, *ibidem*, pp. 57-ss.

⁶ Charles Bettelheim e Bernard Chavance, “O stalinismo como ideologia do capitalismo de Estado”. *Análise Marxista e Sociedade de Transição*, organizado por Márcio Bilharinho Naves, Campinas, FCH/Unicamp, 2005, pp. 75-112.

⁷ Márcio Bilharinho Naves, “Stalinismo e campitalismo”, *op.cit.*, p. 57.

⁸ Charles Bettelheim e Bernard Chavance, *op.cit.*, p. 77.

dro mais geral das transformações econômicas, políticas e culturais ocorridas na antiga URSS desde finais da década de 20 até os anos 50 do século passado – sublinhando a luta da nova burguesia estatal pela consolidação de seu poder em detrimento das vitórias conquistadas pelos trabalhadores com a Revolução de 1917 –, por vezes, no seu modo de exposição, que tem como fonte principal informes, intervenções políticas e textos de Stalin, os dois estudiosos franceses parecem atribuir um estatuto diferenciado ao papel histórico e político do líder político soviético, em especial quando a análise de suas concepções teóricas e ideológicas dá lugar ao que poderia ser considerado como uma certa “análise do discurso” que deixa de lado as determinações mais profundas de uma pesquisa sobre a ideologia. Mesmo admitindo que a linguagem sirva como meio de expressão de determinada ideologia⁹, e reconhecendo que Bettelheim e Chavance apresentem a ideologia stalinista como um “produto” da luta de classes, na medida em que, de forma recorrente, mencionem as “figuras”, “temas” ou “enunciados” da “linguagem oficial”, os autores transitam entre o campo de uma crítica teórica e ideológica mais desenvolvida às concepções de Stalin (como a que é feita no artigo seguinte da coletânea de Serge Vincent-Vidal¹⁰ – felizmente agora

republicado no Brasil) e o campo discursivo que não é capaz de dar conta da complexidade do fenômeno em foco. Para dar um exemplo: na nota 3 da página 79, ao tentarem demonstrar a sua tese sobre o momento em que a burguesia de Estado teria se constituído como “classe para si”, Bettelheim e Chavance citam dois discursos de Stalin destacando “a quantidade significativa de vezes em que aparece a referência a um “*nós*”, que seria, para eles, “desprovido de qualquer ambigüidade”. Mas ocorre que, sobretudo na leitura da segunda citação, quando fala para o Comitê Central do partido, o leitor se dá conta de que Stalin se refere explicitamente ao Partido Comunista. Assim, mesmo que se objete que ele estaria se referindo, conscientemente, a algo que, na realidade, representa uma outra coisa (não o partido comunista, mas a nova burguesia), os autores poderiam indicar esta ambigüidade – que, ademais, remete à própria definição da função atribuída por eles para a ideologia: isto é, negar ou “mascarar” a realidade existente, e, também, justificá-la – para se aprofundar ainda mais o estudo da questão de Stalin.

Em outros termos, Charles Bettelheim parece não ter conseguido aplicar ao longo de todo este texto a observação de natureza metodológica que fizera no Prefácio de seu trabalho anterior, de 1977: “Historicamente, Stalin é o

⁹ Idem, *ibidem*, p. 111.

¹⁰ Idem, “A crítica das concepções econômicas de Stalin por Mao Tsé-tung”, *op.cit.*, pp. 113-141.

produto desse processo, e não o "autor". É claro que seu papel foi considerável, mas a orientação de suas ações e decisões não pode ser separada nem das *relações de forças entre as classes*, nem dos *meios* de que o partido bolchevique podia dispor, nem das *idéias dominantes* no âmbito do *partido* e no âmbito das *massas*"¹¹. Em resumo, a questão de Stalin, pela complexidade que apresenta, exige ainda ulteriores esforços de pesquisa com base não apenas em uma concepção materialista da luta de classes, e do recurso às necessárias mediações, como também da correta compreensão sobre o papel do "invidúo" e das "massas" na história.

No texto "A necessária retomada do tema da transição", da coletânea *Marx e o Socialismo* – que contém ainda outros três trabalhos¹² –, Cesar Benjamin procura indicar "as bases *teóricas*"¹³ da "solução" que teria sido encontrada pelos bolcheviques para enfrentar os problemas colocados pela transição soviética, apontando para a constituição de um "modelo", ou "matriz de pensamento" apoiado no seguinte "binômio fundamental: planejamento econômico, de um lado, e *superposição* de partido, classe e Estado, de outro"¹⁴. Antes, Benjamin ponderara que, segundo Lenin, a revolução seria "a fusão do partido re-

volucionário com a classe, levando à criação da *classe revolucionária*"¹⁵, como agente principal da luta pela conquista do poder e pela transformação radical da sociedade. Porém, uma das principais obras de Lenin sobre a *questão do partido revolucionário* é, ao lado de *Um passo à frente, dois passos atrás*, o seu livro *Que fazer?*, onde, como se sabe, ele defende uma organização de vanguarda que reúna apenas a parte mais avançada do operariado, aquela que adquiriu a consciência histórica de suas tarefas revolucionárias para além da luta meramente econômica. E mesmo durante a revolução, Lenin insiste em apontar a existência de uma diferença, que não implica separação, entre o partido revolucionário e o conjunto da classe operária. Por isso, ao invés de indicar uma eventual *fusão* entre partido e classe, nos parece mais apropriado – levando-se em conta não apenas a concepção leninista – apontar para a necessidade de um *encontro* entre ambos, como resultado do movimento autônomo e espontâneo dos trabalhadores e da intervenção política organizada das vanguardas socialistas, que estejam em condição de se colocar em movimento junto com eles, contribuindo para a organização e a direção de sua luta.

¹¹ Charles Bettelheim. *A luta de classes na União Soviética*, volume II. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983, p. 19

¹² Franz Mehring, "O capital"; Maurice Dobb, "Marx como economista"; e Martin Nicolaus, "Marx e o desconhecido". Benjamin, op.cit.

¹³ Idem, ibidem, p.142.

¹⁴ Idem, ibidem, p.146. O itálico é nosso.

¹⁵ Idem, ibidem, p.145. O itálico é nosso.

Benjamin conclui sua análise propondo “dois grandes desafios teóricos”: qual seria “a qualidade nova de um novo modo de produção” – diferente do capitalista –, e a construção de uma “teoria da democracia socialista”¹⁶.

· Passemos agora ao importante e inédito ensaio de Maria Turchetto¹⁷, “As características específicas da transição ao comunismo”, de 1978, e só agora publicado em nosso País na coletânea organizada por Márcio Naves. Nele, a autora italiana desenvolve uma análise essencialmente teórica enfocando o debate sobre a transição ocorrido durante a década de 70, concentrando-se no exame crítico da contribuição dada pela corrente althusseriana e, em especial, a de Etienne Balibar e Nicos Poulantzas. Para Turchetto, um dos principais aportes desta corrente foi a crítica de uma concepção do materialismo histórico que postulava a tese do primado das forças produtivas sobre as relações de produção, recuperando assim o significado deste último conceito. Por isso mesmo, nos limitamos aqui a comentar agora apenas este elemento do rico ensaio da marxista italiana, a saber, *o estatuto teórico do conceito de relações de produção* na elaboração da teoria da transição socialista, que ocupa o lugar central no desenvolvimento de seu argumento.

Desde Marx, o conceito de relações de produção dispõe de uma posição chave por contribuir para o desvendamento

do que chamou de “o segredo mais profundo, o fundamento oculto do edifício social” em *O Capital*. Porém, a partir da II^a Internacional e após a Revolução Russa, seja por concepções que privilegiavam a esfera da circulação em detrimento da esfera da produção, seja pela maior relevância que o conceito de forças produtivas passou a ter nas formulações dos bolcheviques, incluindo as de Lenin, o problema fundamental para uma perspectiva socialista da relação entre produtor direto e meios de produção – notadamente, o da eliminação da separação entre eles, como característica principal das relações de produção capitalistas –, passou para um segundo plano. Durante boa parte do século passado, a noção dominante no movimento socialista é de que a “propriedade social” que surgia com a estatização dos meios de produção já seria a condição suficiente para resolver tal problema – o que se revelou como um erro que acarretou enormes consequências para a derrota das tentativas de transição socialista ocorridas no século XX, especialmente na antiga URSS e, depois, na China.

Turchetto afirma logo no início de seu ensaio que os althusserianos teriam contribuído para a reafirmação do “primado” das “relações sociais de produção” como elemento “dinâmico” e determinante em relação a essas mesmas forças produtivas¹⁸, descartando qualquer tentativa de se pos-

¹⁶ *Ibem*, *ibidem*, pp. 153-154.

¹⁷ Maria Turchetto, “As características específicas da transição ao comunismo”. In: Márcio Naves (org.). *Cit.*, pp. 7-56.

¹⁸ Turchetto, *op. cit.*, pp. 7-8.

tular uma outra tese sobre este objeto com base nas contribuições desta corrente. Mas são plausíveis tanto a tese de que durante a reprodução de um modo de produção específico não haveria nem o primado das forças produtivas sobre as relações de produção, nem a tese inversa, pois a ligação entre ambas se daria por meio de uma *implicação recíproca* – como faz o próprio Balibar em *Ler o Capital*¹⁹ –, bem como a tese segundo a qual apenas na transição de um modo de produção a outro se estabeleceria o primado das relações de produção sobre as forças produtivas, restando para estas o papel de determinação em última instância.

Com isso, indicamos que Maria Turchetto confere um estatuto teórico ao conceito de relações de produção que pode produzir dois efeitos problemáticos para uma teoria da transição: 1) o de dissolver o conceito de forças produtivas (risco presente, por exemplo, no citado trabalho de Balibar em *Ler o Capital*); razão pela qual ela não se dá ao trabalho de fornecer um conceito sistemático sobre as forças produtivas ao longo de seu ensaio; 2) o de circunscrever o conjunto de problemas relacionados à teoria da transição socialista ao enfrentamento do desafio posto, basicamente, pela transformação revolucionária das relações capitalistas de produção.

Assim, ela afirma que “nisso consiste, precisamente, a “transição” ao comunismo”²⁰. Além disso, é sintomático o fato de que ao apresentar a morfologia da transição proposta por Balibar, Turchetto deixe de mencionar, como parte integrante dela, o elemento decisivo que envolve o desajuste entre a estrutura jurídico-política e a estrutura econômica, citando apenas os outros dois: a não correspondência, no interior da estrutura econômica, entre as relações de propriedade e as relações de apropriação real; e a coexistência de diferentes modos de produção no interior de uma formação social dada – o que resulta em uma lacuna no exame do papel do Estado durante a transição de um modo de produção a outro, como a própria autora reconhece quando fala da passagem do feudalismo ao capitalismo²¹; sem falar dos problemas ligados à ideologia e à cultura.

Por fim, e ainda tomando como referência inicial o ensaio de Turchetto, faremos rápida menção à questão *do limite posto pelo marxismo para a construção de uma teoria da transição socialista*. Ou seja, ainda hoje haveria uma “impossibilidade de uma determinação “positiva” do conteúdo de uma diversa forma da produção social”²²? Se, por um lado, nos parece pertinente a consideração de que na obra de Marx encontramos “mais

¹⁹ Sobre esta tese o leitor pode consultar a análise de Décio Saes em “Marxismo e História”. *Crítica Marxista*. São Paulo: Editora Brasiliense, nº 1, 1994.

²⁰ Turchetto, op. cit., pp. 30-31.

²¹ Idem, ibidem, pp. 52-53.

²² Idem, ibidem, p. 23.

a indicação “daquilo que o comunismo não é”, do que uma descrição “positiva” do comunismo”²³; por outro lado, observamos, inicialmente, que coube sobretudo a Lenin o mérito de acentuar a diferença fundamental entre o socialismo (a primeira fase da nova sociedade, nos termos de Marx) e o comunismo (a sua fase superior). Depois de Lenin e, principalmente, a partir de um conjunto de experiências de tentativas de transição socialista, cujos exemplos maiores foram os da ex-URSS e da China – onde se assistiu, em finais dos anos 60, ao surgimento da Revolução Cultural, que em muito contribuiu para a retomada da pesquisa teórica sobre a transição, como nos revelam, entre outras, as discussões proporcionadas pela corrente althusseriana – o tema geral da transição socia-

lista voltou a fazer parte da pesquisa teórica marxista e dos debates do movimento socialista. Com o fim da antiga URSS e das chamadas “democracias populares” do Leste Europeu, a pesquisa sobre esse tema conheceu um novo hiato, correlato à ascensão das políticas neoliberais em muitos países durante os anos 90. Hoje, no alvorecer do século XXI, é preciso sublinhar que os pesquisadores marxistas dispõem de um enorme acúmulo de material teórico e histórico, cujo exame ainda está longe de ter sido concluído. Se, por um lado, tal situação lhes permite uma visão mais abrangente dos problemas postos, por outro, impõe-lhes um desafio ainda maior. Responder a esse desafio requer a análise das mudanças a que está submetido o capitalismo atual.

²³ Idem, *ibidem*.

MARTORANO, Luciano Cavini. Revolução e socialismo: a propósito de algumas questões teóricas e históricas. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.25, 2007, p.109-117.

Palavras-chave: Revolução; Socialismo; História.